

## DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO USADO: POSSIBILIDADES ENTREABERTAS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

**Marcus Henrique Oliveira de Jesus**<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

**José Wellington Carvalho Vilar**<sup>2</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Brasil

### Resumo

Como citar:

JESUS, M. H. O de. VILAR, J. W. C. Do território ao território usado: possibilidades entreabertas na ciência Geográfica. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, ANO, 2022.p.1-22  
DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8630>

**Recebido em:** 2021-04-23

**Devolvido para correções:** 2021-09-30

**Aceito em:** 2021-10-27

**Publicado em:** 2022- 03-22

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as transformações teóricas e conceituais realizadas pelo conceito de território até a sua renovação proposta por Milton Santos (2000), na qual se desenvolve enquanto categoria capaz de realizar uma análise totalizante e a um só tempo, comporta uma crítica ao planejamento intersetorial que não contempla o espaço como instância social onde convivem e coexistem todos, tanto agentes hegemônicos quanto hegemonzados. Para a realização desta reflexão foi executado como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico levando em consideração as principais contribuições para o desenvolvimento epistemológico do conceito de território no Brasil. Considera-se que a contribuição da categoria território usado de Santos (2000) resgata o papel ativo da Geografia como ciência capaz de propor projetos nacionais e fazer uma crítica contundente sobre as desigualdades socioespaciais, bem como subsidiar uma ação de planejamento que considere o espaço com sua diversidade de agentes coexistindo simultaneamente.

**Palavras-chave:** Território; Território usado; Espaço geográfico; Relações de poder

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA).

E-mail: [marcushenrique103@gmail.com](mailto:marcushenrique103@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2428-5413>

<sup>2</sup> Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: [wvilar@yahoo.com.br](mailto:wvilar@yahoo.com.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5061-5116>

## FROM TERRITORY TO USED TERRITORY: FURTHER POSSIBILITIES IN GEOGRAPHIC SCIENCE

### Abstract

This paper aims to discuss the theoretical and conceptual transformations in the concept of territory until its renewal proposal by Milton Santos (2000). This concept became a category able to help geographers perform a totalizing analysis of reality. However, those advancements entangled criticism on intersectoral planning efforts because they didn't consider space as a social instance (that includes in its scope both hegemonic and hegemonized agents). A leading bibliographical survey contribution to understanding the concept of territory in Brazil. Its subsequent analysis was the main methodological procedures in this research. Santos (2000) rescued the active role of Geography through the used territory category. He also demonstrated that Geography could contribute to the implementation of national planning projects that consider spatial diversity of agents. Therefore, geographical research may support spatial planning strategies that mitigate social and spatial inequalities.

**Keywords:** Territory; Used territory; Geographic space; Power relations

## DEL TERRITORIO AL TERRITORIO USADO: POSIBILIDADES ENTREABIERTAS EN LA CIENCIA GEOGRÁFICA

### Resumen

Este artículo pretende presentar una discusión sobre las transformaciones teóricas y conceptuales realizadas por el concepto de territorio hasta su renovación propuesta por Milton Santos (2000), en la que se desarrolla como una categoría capaz de realizar un análisis totalizador y, al mismo tiempo, sostiene una crítica a la planificación intersectorial que no considera el espacio como una instancia social en la que conviven y coexisten, tanto agentes hegemónicos como hegemonizados. Para esta reflexión, se ejecutó como procedimiento metodológico la encuesta bibliográfica teniendo en cuenta las principales contribuciones al desarrollo epistemológico del concepto de territorio en Brasil. Se considera que la contribución de la categoría territorio utilizada por Santos (2000) rescata el papel activo de la Geografía como ciencia capaz de proponer proyectos nacionales y hacer una crítica contundente sobre las desigualdades socio-espaciales, así como subvencionar una acción de planificación que considere el espacio con su diversidad de agentes coexistiendo simultáneamente.

**Palabras clave:** Territorio; Territorio utilizado; Espacio geográfico; Relaciones de poder

## Introdução

No presente artigo são desenvolvidas reflexões teóricas que se revelaram ao se debruçar sobre a categoria de análise utilizada na pesquisa de Mestrado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), circunscrevendo-se como um dos principais resultados desse processo. Nesse sentido, foi possível desvelar o potencial de análise do território usado elaborado pelo professor Milton Santos e que compõe o seu complexo sistema teórico e metodológico. Uma proposição sólida de análise do espaço geográfico enquanto instância da sociedade.

Milton Santos em sua tentativa de reestruturação das bases epistemológicas da ciência geográfica deixou como legado uma série de obras, assim como conceitos, categorias e método<sup>1</sup> que trabalhados conjuntamente levam à Geografia a realizar uma análise da totalidade-mundo, bem como reafirma uma posição central da disciplina no âmbito das discussões entre as diversas ciências em relação aos problemas brasileiros e às proposições de projetos nacionais mais inclusivos.

Moraes (2005) ao analisar a formação territorial brasileira aponta que a questão espacial ganha uma centralidade no país ao se considerar as características particulares que envolvem o Brasil. Um Estado nacional que é fruto da expansão territorial de Portugal no século XVI e que encontra na continuidade dinástica e na conclusão da sua formação territorial os caminhos para construção da sua unidade nacional, evitando assim a fragmentação territorial vivenciada nas colônias espanholas. Ademais, o autor demonstra que sucessivamente na história brasileira o território foi o alvo das políticas públicas e não o seu povo. Daí a centralidade do espaço no debate nacional e, neste sentido, os geógrafos podem contribuir nas discussões sobre os dilemas territoriais a partir de um ângulo espacial.

O território enquanto conceito ou categoria de análise da Geografia tem um longo transcurso teórico baseado em metamorfoses substantivas que são responsáveis por suas atualizações, permitindo dar conta das transformações socioespaciais vivenciadas no mundo contemporâneo. Ademais, ao longo do tempo, o conceito manteve como uma das suas principais características, a possibilidade de desvelar as relações de poder que constituem a dimensão do espaço. Santos (2000), ao desenvolver o território usado como categoria de

---

<sup>1</sup>Conforme afirma o próprio Milton Santos tais conceitos e categorias analíticas são retiradas do próprio processo histórico, diga-se melhor, são fertilizadas na própria realidade. E assim “por definição, ser internos ao objeto correspondente, isto é, ao espaço, e ao mesmo tempo constitutivos e operacionais” (SANTOS, 2014, p. 21).

investigação e sinônimo de espaço geográfico, amplia consideravelmente o potencial de análise, destacando não só as relações de poder, mas o espaço banal que admite a coexistência de todos os sujeitos sociais e suas relações simultâneas, complementares e contraditórias, além de realizar uma crítica contundente ao planejamento, assim como também construiu um recurso capaz de oferecer alternativas para problemas epistemológicos da Geografia, como a questão de união entre espaço e tempo, assim como seu caráter fenomênico.

O planejamento é uma prática social que remonta ao período da Antiguidade, estando presente na organização da sociedade de diversos povos. Na atualidade, essa ação vivencia um processo de setorização que é fruto do próprio movimento de desenvolvimento da ciência moderna que fragmenta os saberes, métodos e escalas (SANTOS, 2004). Entretanto, as gestões atuais executam uma ação intersetorial para superar as fragmentações.

No Brasil, o planejamento surge como uma indução justificada pelas suas origens coloniais e a concretização da sua formação territorial conforme explica Moraes (2007). Souza (2005) afirma que ao constituir o território como categoria de análise social e integradora, Milton Santos evidencia as falsas premissas incutidas no planejamento intersetorial, bem como mostra suas impossibilidades de caráter teórico, técnico e político. Sendo assim, a ação planejadora que não considera o território como fundamento é incapaz de apresentar uma proposição benéfica ao maior conjunto da sociedade, sobretudo na realidade brasileira marcada por desigualdades.

Nesse ensejo, o presente artigo tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre as transformações teóricas que o conceito de território vivenciou até ser agregada a proposição de Milton Santos, o território usado. A proposta miltoniana emerge como uma categoria que propõe realizar uma análise totalizante do espaço, sendo também capaz de mostrar as imprecisões do planejamento enquanto política ou técnica que não considera a dimensão integral dos agentes, desde os hegemônicos aos hegemonzados.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desse trabalho são: amplo levantamento bibliográfico de livros, artigos, teses e dissertações em bibliotecas públicas e no banco de dados da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como a seleção de textos de Milton Santos que expõe as propriedades da sua proposição. A partir dessa etapa ocorreu a seleção dos textos para destaque das principais ideias dos autores. Também foi acessada a gravação em vídeo, realizada no dia 4 de outubro de 2000, em que Santos apresenta e debate o manifesto

intitulado “Papel Ativo da Geografia: Um manifesto”, publicado e apresentado no XI Encontro Nacional de Geógrafos, realizados em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, em julho de 2000.

Este trabalho se estrutura em três tópicos: no primeiro buscou-se apresentar a origem das discussões e incorporação do conceito de território no bojo da Geografia Moderna (MORAES, 1999); o segundo proporciona uma debate sobre as possibilidades de análises propostas por diversos autores a partir dos avanços teórico-metodológicos do conceito; e, por fim, o último tópico lança uma explanação sobre a categoria de território usado alvitada por Milton Santos em sua trajetória intelectual, o esforço foi de demonstrar o caminho que se abre a partir da sua mobilização.

### **Território na gênese da Geografia Moderna**

Originalmente, o território é concebido como um termo associado à terra. A palavra deriva do latim *territorium*, formada “pela adição à terra do sufixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir, território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado” (VALE *et al.*, 2005, p. 12). Mas desde o seu nascimento já é correlacionada à dominação (jurídico-política), ou melhor, já guarda laços com as relações de poder a partir do seu uso e apropriação, conforme explica Rogério Haesbaert (2011).

Segundo Moraes (1999), a Geografia Moderna no seu processo de autoafirmação e na busca por um tratamento unitário e integrado dos fenômenos sociais e naturais utiliza conceitos de outras disciplinas e os ressignifica, tais como: meio ambiente, região, paisagem, e o próprio conceito de território, realizando uma leitura dentro do próprio escopo da matéria. Território é originalmente extraído da Zoologia, utilizado para identificação das zonas de domínios de espécies vegetais e animais, ou seja, uma terminologia associada à vida biológica e às relações que ela estabelece com a natureza.

Saquet (2010) demonstra como a apropriação do termo território vai se estabelecer no seio da Geografia com as preposições teóricas e metodológicas de Ratzel. Friedrich Ratzel, destacado geógrafo alemão, pensador imbuído em um tempo histórico marcado pela afirmação dos Estados nacionais e pela sistematização da Geografia Moderna pautada no paradigma positivista, ancorou sua concepção de território numa perspectiva naturalizante onde o conceito será expressão das relações estabelecidas entre uma determinada sociedade e o seu solo (HAESBAERT, 2006). Nesse sentido, as incursões desse geógrafo alemão

colocam que o território é essencial para o desenvolvimento de uma determinada sociedade, transformando-se assim em seu espaço vital. Ademais, em sua ótica, uma sociedade sem solo não constitui uma nação.

Na historiografia da Geografia, Ratzel ganhou notoriedade pela proposta de espaço vital “[...] que representaria o equilíbrio entre a população ali residente e os recursos disponíveis para as suas necessidades, definindo e relacionando, deste modo, as possibilidades de progresso e as demandas territoriais” (CORRÊA, 2000, p. 10). Sua concepção de Geografia, e conseqüentemente de território, foram influenciadas pelos estudos evolucionistas traduzidos do inglês por Moritz Wagner, responsável pela difusão das ideias de Charles Darwin na Alemanha (LENCIONI, 1999).

Entre as reverberações do evolucionismo na obra de Ratzel estão a defesa de ampliação do território, mesmo que isso fosse às custas dos interesses vizinhos. Segundo Corrêa (2000), sua teoria manifestava de forma implícita uma organização espacial benéfica a expansão do capitalismo enquanto modo de produção onde o espaço vital era equivalente ao espaço do capital, por isso a pertinência das associações entre este geógrafo e o expansionismo alemão. Suas duas obras principais, *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1887), são marcadas pelos desdobramentos do determinismo geográfico onde as condições naturais marcavam o desenvolvimento dos povos. Em *Geografia Política* o autor chegou a criar uma hierarquização dos Estados e fazer a justificação do expansionismo político como intrínseco ao progresso de uma nação (LENCIONI, 1999; CORRÊA, 2000).

Como se vê, a ciência geográfica se constituiu como um elemento fundamental no processo de afirmação das identidades nacionais. Por isso, como argumentado por Moraes (1999), as diferentes Geografias praticadas por diversos cientistas em países distintos serão rotuladas por Escolas adjetivadas pelo país de origem. Vincent Berdoulay (2017) demonstra como se firmou a Escola Francesa de Geografia em oposição a Alemã após a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O referido autor desvela em sua exposição que os geógrafos franceses adotaram as mesmas perspectivas dos alemães, inicialmente como resposta ao que se convencionou chamar de “Desafio Alemão”<sup>2</sup>. Na França, as reações frente aos alemães se concentraram em duas frentes: uma rejeição e hostilidade; e outra de imitação

---

<sup>2</sup> O Desafio Alemão foi um pensamento nos âmbitos social e científico que se proliferou na França após a derrota na Guerra Franco-Prussiana. Consistiu na argumentação que a derrota francesa se motivava pelos avanços científicos dos alemães em várias áreas do conhecimento, especialmente a Geografia (BERDOULAY, 2017)

crítica que se enveredava para a superação. Nessa perspectiva, Vidal de La Blache e seus discípulos transitaram da assimilação das ideais alemães até a superação a partir da proposição de análises com base nos gêneros de vida.

Jean Gottmann (2012 [1975]) em uma abordagem diferente daquela proposta por Moraes (1999)<sup>3</sup> sobre o surgimento do território na disciplina, relata que o conceito tem sua existência anterior ao século XIV e que ao longo do tempo são modificadas as suas concepções. No entanto, é a partir do citado século que se assume a visão mais próxima da que é observada hoje, na contemporaneidade. No bojo da sua discussão, Gottmann (2012 [1975]) expõe que os debates sobre o tamanho, a estrutura e o uso do território são tão antigos quanto às formas de vida política e que desta forma, dentro das mudanças espaço-temporais, há alteridades substantivas na discussão sobre o conceito.

O conceito de território evoluiu bastante através das épocas. Em tempos modernos, e pelo menos desde que Jean Bodin propôs sua noção de soberania, os conceitos de território e de soberania estiveram intimamente conectados. Com a recente proliferação de Estados nacionais, o território surgiu como uma definição espacial das jurisdições governamentais e da organização política e militar. (GOTTMANN, 2012 [1975], p. 541).

Nessa lógica, conforme ocorre o desenvolvimento e o progresso da vida humana no planeta, e as transformações nas condições materiais e objetivas são processadas, é possível observar também as alterações no escopo do conceito de território. São realizadas revisões teórico-metodológicas para que o conceito possa ter a capacidade de explicação e análise dos fenômenos correntes. Essas mudanças epistemológicas levantam um amplo debate no seio da História das Ciências, visto que se busca compreender até que ponto os elementos externos influenciam em mudanças internas nas disciplinas ou se elas são imunes a esses processos.

Portanto, as transformações socioespaciais também auxiliam na compreensão do surgimento ou “esquecimento” de determinados conceitos e categorias no escopo das disciplinas, bem como nas atualizações para que sejam viáveis abordagens das novas contradições e eventos apresentados pela realidade.

---

<sup>3</sup> Entende-se a diferença de abordagem pelo contexto de discussão do conceito do território. Moraes (1999) não faz do conceito de território centralidade da sua discussão em seu texto, e sim há uma preocupação em expor notas e questões sobre o processo de institucionalização e formação de identidade nacional no Brasil. Já Gottmann (2012 [1975]) se debruça sobre a evolução do conceito de território, resgatando suas origens na Grécia Antiga e analisando suas erosões a partir das questões postas na modernidade, sobretudo as ligadas às transformações tecnológicas, e às fragilidades das soberanias em função de segurança.

## O território e suas possibilidades de análise na ciência geográfica

No presente tópico pretende-se apresentar algumas contribuições teórico-metodológicas realizadas por diversos geógrafos, em especial brasileiros, para o desenvolvimento epistemológico do conceito de território no escopo da Geografia. Marcos Saquet (2010), em sua obra sobre as diferentes abordagens a respeito do território, apresenta quatro tendências distintas em diversos países que marcam a trajetória do conceito de território. É destacado que algumas se sucedem no tempo histórico e/ou coexistem de forma simultânea em alguns períodos e locais. Tais tendências são demonstradas através dos eixos de discussão e métodos de análise que as embasam. São elas: (a) uma de viés materialista histórico e dialético calcada numa análise econômica, onde há a compreensão do conceito a partir das relações de produção e das forças produtivas; (b) outra marcada por uma dimensão geopolítica do território, onde as análises se estabelecem nos Estados-nacionais e suas jurisdições; (c) uma terceira marcada pela filosofia fenomenológica onde se dá ênfase para os aspectos culturais, políticos e simbólico-identitário; (d) e por fim, a que ganha campo a partir da década de 1990 e tenta conciliar uma discussão entre sustentabilidade e desenvolvimento local.

As transformações socioespaciais ocorridas durante meados do século XX e os eventos Pós-Segunda Guerra marcaram uma nova atmosfera que, a certo modo, exigiram das ciências uma nova postura frente aos novos fenômenos. Esses novos elementos se transformam nos movimentos de renovação da Geografia que seguiram várias proposições epistemológicas, desde aquelas mais pautadas em um método hipotético-dedutivo que buscou a incorporação da estatística e da matemática como determinações técnicas e procedimentais, às abordagens que se esforçavam em inserir uma teoria mais crítica através do uso do materialismo histórico e dialético e da fenomenologia. Essas correntes de pensamento geraram diferentes concepções de espaço que nortearam suas análises assim como os suportes conceituais (CÔRREA, 2000).

Ocorria uma certa proeminência da geografia francesa pautada, sobretudo, numa abordagem regional, o que fez com que outros conceitos tais como paisagem e território fossem preteridos em favor do uso da região (SAQUET, 2010). Milton Santos (1988) em sua obra, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, defende que a busca pela superação dessas características teóricas e metodológicas incentivou uma reestruturação da categoria de espaço e uma retomada dos conceitos citados anteriormente com as suas respectivas atualizações.

A partir da década de 1950 até o final de 1970 surge um conjunto importante de pesquisadores que serão responsáveis pela reestruturação do conceito de território evidenciando novos elementos como a vida dos indivíduos e a importância da dinâmica social para a constituição dos territórios. Dentre eles, pode-se destacar o trabalho do geógrafo francês Jean Gottmann.

Gottmann (2012 [1975]) propõe uma concepção de território que seja aceita de acordo à descrição sugerida de espaço geográfico. Mesmo com este trabalho sendo publicado em 1975, e traduzido para o português em 2012, se observa uma nova abordagem do conceito de território. Nesse sentido o território é compreendido como “[...] um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo.” (GOTTMANN, 2012 [1975], p. 526). A perspectiva deste autor estabelece um diálogo com a política já que a evolução da história está situada na “interpretação de qual deveria ser o melhor uso e extensão de território possível atribuído aos vários povos” (GOTTMANN, 2012 [1975], p. 526).

Ademais, a ótica da abordagem do conceito de território proposta por Gottmann incorpora as noções de circulação e iconografia, entendidas da seguinte maneira: a primeira, como a fluidez de mercadorias, pessoas, ideias etc.; e a segunda é responsável pela garantia de refúgio e proteção. Ademais, esse autor traz questionamentos importantes sobre as fragilidades da soberania e da função de segurança dos territórios estatais na contemporaneidade, o que dá a sua proposição um caráter político-administrativo.

Outros autores que fizeram contribuições significativas para o conceito de território, embora não sejam geógrafos, são Deleuze e Guatarri a partir da compreensão que a territorialidade pode se constituir cultural, política e economicamente dentro de uma perspectiva na qual se reconhece que esses aspectos também podem escapar das atuações estatais. Além disso, os autores demonstram o papel exercido pelo capitalismo na produção dos fluxos (SAQUET, 2010).

As colaborações desses dois autores também se situam nas proposições sobre os processos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* (T-D-R) que irão alargar as possibilidades de análises da constituição política e cultural do território. Essa concepção demonstra que há relações de poder sendo realizadas em todos os espaços e que no processo de desterritorialização de uma comunidade outros agentes irão se territorializar e os sujeitos

afetados por esse processo irão se reterritorializar em outro local. Essa conclusão é importante e, conforme Haesbaert (2011), não existe indivíduo ou grupo social sem território a partir da compreensão das relações de dominação e apropriação, seja do ponto de vista material ou simbólico.

Ao se pensar que não existe sujeitos ou grupos sociais sem território e ao se considerar as relações de apropriação e dominação, é possível estabelecer uma analogia com a explanação realizada por Milton Santos (1988) ao falar de paisagem e da sua divisão clássica elaborada por Carl Sauer<sup>4</sup>. Na ótica do geógrafo baiano, praticamente não existe mais a paisagem natural visto que, um local que ainda não sofra ação do homem, ainda assim participa da sua consciência e é objeto da sua intencionalidade, seja ela política ou econômica. Nesse sentido o nexo do território pressupõe que a existência do indivíduo ou grupo guarda uma relação de dominação ou/e apropriação de um local.

A proposição de Deleuze e Guatarri encontrou reverberação na produção da geografia brasileira a partir da tese defendida por Rogério Haesbaert (1997), em que se analisa os processos de *des-re-territorialização* no cerrado baiano em função da dinâmica e relações estabelecidas entre gaúchos e baianos, e a constituição das suas diferentes identidades.

Observa-se que gradualmente através das transformações epistemológicas e dos novos fenômenos produzidos pelo aprofundamento da modernidade, o conceito de território foi incorporando aspectos que o deslocaram de uma concepção mais atrelada ao poder estatal até admitir dimensões econômicas, culturais (simbólicas, materiais, imateriais e identitárias) e políticas, assumindo outras dimensões do poder. Neste caso é necessário discutir, ainda que brevemente, as contribuições realizadas pelos seguintes autores: Raffestin (1993), Haesbaert (2011), Souza (2000) e Saquet (2010), os quais em certa medida contribuíram para os avanços teóricos e metodológicos no escopo do conceito e as incorporações de novas dimensões de análise.

O trabalho de Raffestin (1993) se apoia na geografia política clássica e faz-lhe uma crítica, superando assim uma concepção de que há apenas o Estado como central nas relações de poder e propondo a partir daí uma perspectiva relacional do poder em seu exercício. Nesse sentido, o autor coloca o território como produto dos atores sociais que exercem o poder, e

---

<sup>4</sup> A divisão clássica corresponde àquela entre paisagem cultural e natural, na qual a primeira corresponde a uma paisagem transformada pela ação humana em suas relações socioespaciais e a segunda são aquelas que não sofreram, ou sofreram poucas intervenções humanas. Esse modelo é vulgarizado no ensino básico, sendo recorrente a sua presença em diversos livros didáticos (SAUER, 1998 [1925]).

estes são advindos da população. Ademais, as contribuições de Raffestin (1993) consideram as relações sociais entre os sujeitos e o objeto, e que estas se tornam concretas no território e se traduzem em territorialidades. O esforço desse autor é marcado por uma leitura da obra do sociólogo francês de filiação marxista, Henri Lefebvre.

A partir da assimilação das ideias de Lefebvre, Raffestin (1993) considera que o espaço é alvo de modificações resultantes do trabalho humano e a partir disso se revela as relações de poder existentes que o qualificam como território. Nesse sentido, fica claro que as contribuições desse geógrafo suíço deixam como legado um caráter de objetivação das relações de poder e dominação reveladas pela constituição de territorialidades nas relações cotidianas. Ademais, fica notório para Raffestin (1993) que espaço e território não são conceitos ou/e noções equivalentes, porque o espaço é anterior ao território que passa a existir quando um ator se apropria do espaço tanto de forma concreta quanto abstrata. Ou seja, o que ocorre é uma territorialização do espaço.

Com base no exposto é possível pensar que o território se torna subjacente ao espaço e está contido dentro dele, passando apenas a “existir” a partir das apropriações feitas pelos atores mediante as relações de poder e dominação. As considerações de Raffestin (1993) mostram como podem ser conformados os territórios a partir das ações e práticas de natureza política, econômicas, sociais e culturais resultantes da mobilização de diversos atores, sobretudo o Estado e empresas, bem como na sua formação cristalizam ideologias de organização com potencial de se estruturarem em redes e zonas.

As ideias de Claude Raffestin terão uma grande adesão na ciência geográfica no Brasil, resultando em uma variedade de trabalhos que foram e ainda são produzidos levando em consideração seus pressupostos teóricos e metodológicos sobre o território. Sua abordagem do território possibilitou um descolamento do conceito da esfera político-administrativa, permitindo considerar outros atores envolvidos em relações de poder.

Haesbaert (2011) desenvolve uma reflexão na qual o aumento dos processos de desterritorialização são na verdade movimentos de territorialização no sentido de constituição de uma multiterritorialidade. Tal fenômeno se engendra pela “destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os "territórios-zona" e os "territórios-rede"), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.” (HAESBAERT, 2011, p. 32). Esse geógrafo revela que o conceito de território sempre esteve

envolto em polissemias, demonstrando que as suas mudanças acarretam novas definições para o processo de desterritorialização.

O referido autor demonstra que o território é um conceito polissêmico e que diversas províncias do saber se apropriam do conceito para explicar fenômenos pertinentes. Ele apresenta uma classificação genérica que norteia o conceito de território ao longo da sua história: materialistas, idealistas e integradoras com suas respectivas distinções. A primeira tem dois extremos: uma de viés naturalista que reduz o território a um caráter biológico, tratando-o enquanto territorialidade para os animais que garantem a manutenção de certas funcionalidades; a outra é economicista de viés marxista que analisa o território pela sua base material a partir das relações de produção na busca pela compreensão da sua organização (HAESBAERT, 2011).

Já na perspectiva idealista, o território é tomado como aspecto imaterial, simbólico e culturalmente constituído. Enquanto na integradora, Haesbaert (2011) demonstra como o território carrega de maneira indissociável tanto uma dimensão simbólica e cultural quanto econômica-política, que em sua acepção admite a existência de vários tipos de territórios (culturais, políticos, econômicos) e que devem ser tratados de formas articuladas, ou seja, integradas.

No bojo das classificações efetuadas por Haesbaert (2011) a concepção sobre o território se encaixa na terceira vertente correspondente as de viés integrador, visto que sua elaboração tem um caráter híbrido e multiescalar, no qual se define o território enquanto resultante das interações de múltiplas dimensões do poder, desde suas características mais políticas até as simbólicas, perpassando as relações econômicas, mas que não são “indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2011, p. 93). Nessa lógica, sua proposição de território não nega as dimensões materiais e simbólicas, porque as trabalham de forma integrada a partir da multiterritorialidade.

Para o autor, a multiterritorialidade se apresenta como um fenômeno empírico no processo contemporâneo de globalização e na atual passagem de um meio técnico para o meio técnico-científico-informacional. No entanto, é prudente explicar que essa relação se circunscreve como aquilo que surge no que se convencionou denominar como período pós-moderno e que diversos autores caracterizaram como desterritorialização ou fim dos territórios. Porém, se chama atenção para a constituição de territórios-rede que são

sobrepostos e descontínuos, e passam a existir a partir da transformação do capitalismo em um modelo pós-fordista ou/e flexível de acumulação.

Essa nova territorialidade se contrapõe aquele território-zona que ficou dominante a partir dos territórios estatais, mas não significa que esse sumiu. Na verdade, eles coexistem e tornam a realidade muito mais complexa e cheia de novas sobreposições e amálgamas. Nesse sentido, a multiterritorialidade passa pela consideração da territorialização e desterritorialização em um contexto dinâmico e integrador, não totalizante, com múltiplas escalas e dimensões, onde as relações de poder são consideradas em seus diferentes níveis, desde o aspecto mais material até o mais imaterial e simbólico. Desse modo integra-se a cultura, a política e a economia em um *continuum* que vai dos aspectos mais materiais aos abstratos e imateriais, além da possibilidade de acesso e conexões tanto físicas quanto virtuais (HAESBAERT, 2011).

Por um lado, a contribuição de Haesbaert (2011) se cristalizou em diversos trabalhos no Brasil que trazem as abordagens das multiterritorialidades construídas a partir das múltiplas relações, sobretudo as simbólicas e imateriais. Por outro, suas ideias auxiliam a pensar que as relações de poder transcendem a esfera político-administrativa, mas a elas ainda assim estão associadas, em certo modo.

Outro autor com expressiva contribuição a respeito do conceito de território é Marcelo Lopes de Souza (2000). Segundo suas ideias, o território se constitui “fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*” (SOUZA, 2000, p. 78) e suas contribuições estão sustentadas na incorporação das concepções da filósofa Hannah Arendt no que tange às relações de poder.

A partir da interpretação da obra de Arendt, Souza (2000) propõe uma discussão sobre o território com base em um entendimento distinto sobre o poder em relação aos demais autores da Geografia, como Raffestin (1993). Na ótica de Souza, existe distinção entre poder, dominação, violência e autoridade, e por isso essas concepções não podem ser tratadas como sinônimas uma das outras. Segundo essa lógica, o poder não é propriedade de um indivíduo, mas é instituído por uma comunidade a um sujeito, e onde há violência está à ausência completa do poder.

Nesse sentido, essa visão traz à tona a falta de percepção de alguns estudiosos sobre a diferença que há entre poder, autoridade e violência, ainda mais este último que tem um tipo instrumental e revela as dificuldades de se instituir um poder legítimo. Souza (2000)

sustenta suas afirmações a partir de exemplos empíricos que demarcam que os territórios precisam ser compreendidos para além daqueles instituídos pelos Estados nacionais, passando, portanto, a incorporar nas reflexões teóricas e metodológicas a realidade que impõe outros agentes na formação desses territórios, bem como as questões relevantes à temporalidade da constituição dessas relações. Ele afirma ainda que é prudente tratar o território em forma de rede visto que em alguns casos não irá guardar a contiguidade espacial e irá se estabelecer a partir de nós e arcos. Por isso, propõe a ideia de território descontínuo, que é “na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos.” (SOUZA, 2000, p. 94). Assim seria uma ponte conceitual que permitiria redimensionar a escala de análise dos territórios.

Souza (2000) traz críticas à concepção de território de Raffestin (1993), assim como à sua perspectiva sobre o espaço. Marcelo Lopes de Souza afirma que o geógrafo suíço acaba quase restringindo o espaço a uma abordagem que considera os aspectos naturais como centrais, enquanto o território se torna “quase sinônimo de espaço social” (SOUZA, 2000, p. 97). Ademais, Souza afirma que não há rompimento na concepção de Raffestin em relação à identificação do território com um substrato material quando se podia explorar a possibilidade de um caráter relacional em campos de forças que se constituem a partir das relações de poder sobre um substrato de referência, conforme ele mesmo propõe.

Por fim, vale ressaltar a abordagem territorial proposta por Saquet (2010). Este autor não se centra em uma proposição de um conceito de território, mas sim nos elementos que devem ser considerados dentro de uma abordagem territorial, colocando-a como capaz de contribuir na superação dos aspectos dicotômicos que colocam de um lado, natureza e ideia e do outro, sociedade e matéria. Nessa compreensão, a abordagem territorial tem que considerar os movimentos que produzem processos contínuos e descontínuos (i)materiais, as redes que conectam os diferentes agentes e sujeitos, as relações de complementariedade que envolvem diversos lugares, a consideração da própria natureza e da dinâmica mutiescalar e multitemporal. Vale ressaltar que todo movimento de reprodução social é um movimento de (re)construção de territórios, visto que a complexidade faz com que as relações de território não sejam simplesmente de poder, mas tenham dimensões econômicas e culturais.

Os autores discutidos acima, de alguma medida dialogam com a proposta de Santos, mas não integralmente. Assim, torna-se importante ressaltar as particularidades da concepção de território usado desse autor.

## Uma proposta de Milton Santos para a análise do espaço geográfico: o território usado

Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2006) são responsáveis por avanços significativos nas reflexões sobre o território a partir do seu uso, ou melhor, o território usado que se compreende como sinônimo de espaço geográfico. É a partir da apropriação do território, do seu uso, que é possível realizar uma análise geográfica, e, assim, adjetivar a categoria.

Entre os geógrafos que se debruçam sobre a questão do território e que comentam sobre a obra de Milton Santos, Saquet e Silva (2008) entendem que o território dentro da perspectiva miltoniana é um conceito subjacente em suas elaborações teóricas e metodológicas e que se constitui como um dado fixo, um recorte espacial. Moraes (2013) afirma que o território gradualmente irá ganhar centralidade nas discussões de Milton Santos, sobretudo nas suas publicações da década de 1990.

Araújo (2013, p. 55), por sua vez, entende que há uma distinção entre o território da geopolítica e o território usado, pois esse é a concretude do espaço geográfico já que o “usado é a sociedade que estabelece, na qual o uso inscreve o movimento, o uso é a ação do sujeito individual ou coletivo.” A autora estabelece uma diferença entre o território que evidencia as relações de poder e o território usado, visto que essa é uma das categorias geográficas que analisa a sociedade em seu movimento real em conjunto com sua própria materialidade. Portanto, o território usado não é simplesmente um dado fixo ou um recorte espacial apenas, mas sim uma categoria analítica.

Milton Santos (1998) evidencia que o objeto da análise social é o uso do território e não ele em si, afirmando que as contradições do atual momento histórico estão situadas no território. Nesse sentido, para se alcançar a compreensão acerca do território usado se faz necessário entender que essa categoria participa de um edifício teórico-metodológico, um recurso analítico inerente à concepção do espaço geográfico.

Em suas contribuições à epistemologia da Geografia, Santos (1998; 2004; 2006) definiu o espaço geográfico como instância social, tal como a economia, a cultura e a política, o que significa que o objeto da ciência geográfica é um ângulo de análise da sociedade. Nesse sentido, o espaço se configura como um aspecto da totalidade que detém uma autonomia

relativa<sup>5</sup> entre as demais instâncias sociais (SANTOS, 2004). Assim, cabe ao geógrafo realizar ou/e propor uma visão totalizante do mundo, e essa concretização se faz necessária a partir da sua província do saber e das categorias que são internas ao seu objeto, ou seja, ao espaço geográfico (SANTOS, 2006). É um esforço que “[...] supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento” (SANTOS, 2006, p. 10).

Conforme afirma Souza (2005), o território usado é uma mediação entre o mundo, visto como conjunto de possibilidades, e a sociedade nacional ou/e local. É, portanto, por excelência a categoria de investigação das desigualdades socioespaciais. Nas palavras eloquentes de Santos (2000, p. 3): “Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo”. Nessa lógica, o território usado seria uma expressão empírica do espaço geográfico enquanto sistema de ações e sistemas de objetos indissociáveis, solidários e contraditórios que não podem ser considerados isolados (SANTOS, 2006).

A importância da discussão da noção do espaço geográfico em Milton Santos se circunscreve devido ao fato do território usado ser sinônimo dessa categoria, assim sua compreensão supõe entender o que é o espaço. Portanto, para o seu desvelamento exige-se que seja colocado em análise o sistema de objetos e sistemas de ações de forma indissociável, afinal é no território que se produz a vida em todas as suas esferas, ou melhor, é onde a história do homem se realiza de forma plena a “partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13).

Assim o espaço é uma forma-conteúdo que não é um mero reflexo do modo de produção, pois contém a memória de momentos pretéritos e é resultado e condição para realização de processos sociais, daí seu caráter *inerte e dinâmico* ao mesmo tempo (SANTOS, 2004). Por isso na perspectiva do autor a contradição se dá entre sociedade e espaço devido ao presente que invade e nunca se realiza de forma plena, e um presente já localizado que também é passado já objetivado nas formas sociais e geográficas preexistentes. Em outras palavras, os eventos enquanto ações que pretendem se realizar em um processo de totalização

---

<sup>5</sup> A autonomia relativa se situa na característica de ser um subordinante-subordinado, onde é uma determinação para outras instâncias, mas também é determinado por elas ao mesmo tempo. Um exemplo disso é que a incorporação de um novo modo de produção ou a transformação desse não desconsidera as formas preexistentes, aí é o caráter subordinante, enquanto as relações de produção pertencem também a outra instância impondo assim subordinações.

da totalidade<sup>6</sup> são ressignificados pelo lugar que é o receptáculo final destes eventos (SANTOS, 2006).

É válido destacar que a própria concepção de espaço geográfico passou por um refinamento na própria obra de Milton Santos. O professor Santos inicialmente definiu o espaço como um conjunto de fluxos e fixos. Esse primeiro, ele considerou como um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando o seu valor. Já os fixos são vistos como elementos que são instalados nos lugares e permitem as ações dos fluxos que modificam o próprio lugar. A segunda proposta de Santos (2006) foi o trabalho com um par de categorias: configuração territorial e as relações sociais, sendo a primeira um conjunto de sistemas naturais e acréscimos artificiais instalados pelo homem, enquanto a segunda seria as relações que lhe dão valor.

Observa-se que o desenvolvimento do pensamento de Milton Santos abria caminho para a noção do espaço como sistema de objetos e sistema de ações, se configurando como par dialético que não pode ser tomado de forma isolada. Pois, caso fossem tomados de formas isoladas se tornariam verdades parciais, afinal os objetos condicionam como se darão as ações e estas levam a criação de novos objetos ou a realização dos que já existem (SANTOS, 2006).

O espaço como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 2006, p. 39), estabelece uma dialética que possibilita visualizar os fenômenos tanto como processo, quanto como resultado. Ademais, serviu de sustentáculo para a concepção de território formulada por Milton Santos.

O território em si é composto por formas, mas o que lhe dá o caráter de usado é o conjunto de ações e os objetos, e por isso é no uso do território que se encontra o objeto de investigação visto que nele se encontra a realidade das relações de formas complementares e conflitantes.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas

---

<sup>6</sup> Totalidade é aqui tomado como um conjunto simultâneo de "essências" e "existências", o primeiro como objetos perfeitos com máximo de potência de realização, mas ao mesmo tempo um real possível, enquanto o segundo são os objetos em funcionamento, sua manifestação particular. A totalização é o processo de ação que une o universal e o particular (SANTOS, 2006).

materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 14).

Ao afirmar que o território é onde se realiza a vida em todas as suas esferas, Santos (1998) também resgata a noção de espaço banal, pois ele consegue aglutinar a presença de todos, e realiza também uma crítica severa ao conceito de redes, pois na sua ótica as redes só conseguem evidenciar uma parte dos processos e ser assim o espaço de alguns ou apenas partes do espaço, em outros termos, uma realidade parcial.

É possível admitir que essa crítica de Santos (1998) tem o poder de questionar as reflexões que compreendem o território a partir das redes em um contexto de pós modernidade; mesmo que essas concepções sejam mais totalizantes ao considerar outras dimensões da vida, como a cultural e a econômica, ainda assim podem ser consideradas verdades parciais por privilegiar apenas partes da instância social, somente fragmentos do espaço.

Araújo (2013), em sua dissertação sobre o território usado Potiguar, afirma que o movimento ao território é dado pelo uso social que muda com o fazer histórico. Daí vem a importância da periodização, pois os usos são diferentes em distintos períodos históricos, e o que é importante de se captar desse movimento em cada época é o valor atribuído às novidades e às heranças. Essas são empiricizadas através dos objetos técnicos que vão permitir a investigação do território usado, afinal eles são o laço de cruzamento entre tempo e espaço.

As técnicas constituem formas híbridas que compõe o espaço e “indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê.” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 11), funcionam como um traço possível de empiricização do tempo e a qualificação da materialidade no qual a sociedade trabalha. Esses sistemas técnicos também são responsáveis pelas desigualdades socioespaciais, tal como a presença do dinheiro: “o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da idéia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro” (SANTOS, 2007, p. 17).

Portanto, por um lado, Santos (1998; 2000; 2004; 2006; 2007) e Santos e Silveira (2006) constroem um conceito que detém uma capacidade totalizante, capaz de fornecer uma descrição e compreensão dos fenômenos espaciais que considera desde a escala global até a

local, aglutinando diversas dimensões da vida. Por outro, segundo ressalta Souza (2005), o território usado também demonstra a impossibilidade do planejamento intersetorial tanto politicamente, quanto técnica e teoricamente.

Milton Santos ao escrever “O Papel Ativo da Geografia: Um manifesto”<sup>7</sup>, em colaboração com diversos membros do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan) da USP, põe em evidência qual é o papel da Geografia enquanto ciência espacial. Neste texto são apresentadas as características do território usado como um conceito que convida “[...] a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 105)

Santos (2000) realoca a discussão mostrando que os esquemas de interpretações oriundos da Geografia dão conta da realidade, e por isso conseguem efetivamente ser fundamentos para elaboração de um novo discurso socialmente eficaz, o que por fim se torna conteúdo de intervenções (ou reformas?) na sociedade em busca da transformação que favoreça a maioria da população residente no país.

Nesse sentido, o território usado, em nossa leitura, se circunscreve como um conceito que apresenta uma crítica ao planejamento por evidenciar que o espaço geográfico é o espaço banal que compreende a existência de todos os sujeitos sociais, desde as grandes corporações até os mais marginalizados, ou seja, os hegemônicos e os hegemonzados, coexistindo de forma simultânea, complementares e contraditória. E, portanto, um planejamento que não dê conta dessa totalidade está fadado ao fracasso enquanto política, técnica e proposição teórica.

Neste momento concorda-se com as ideias de Souza (2005) em relação à ideia de que a categoria mostra a impossibilidade do planejamento com tais aspectos. Assim sendo o território usado também se apresenta como um trunfo por ser

[...] visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. [...]. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações fruto do convívio dos atores

<sup>7</sup> No vídeo em que é realizado um debate e apresentação do manifesto, Milton Santos explica que os principais responsáveis pela construção do texto haviam sido ele e a professora Maria Laura Silveira.

hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares.

Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS, 2000, p. 108).

O vigor do conceito em considerar a sociedade em sua totalidade se apresenta então como fundamento para a proposição de um planejamento que seja mais benéfico ao maior quantitativo da população, assim como também evidencia os processos sociais, auxiliando em um pensamento que seja possível, uma equalização dos conflitos.

### Considerações finais

O território enquanto conceito apropriado e ressignificado pela Geografia contemporânea sofreu diversas mudanças teóricas e metodológicas ao longo da sua trajetória que permitiram que sua análise não apenas considerasse as relações de poder constituídas pelos Estado nacionais, – a partir das demandas geradas pelas transformações socioespaciais no mundo –, mas também passou a considerar outras dimensões, como a cultural e a econômica, que estão associadas igualmente ao exercício do poder.

Durante a década de 1990, Milton Santos realizou a proposição do território usado como categoria de análise por excelência da ciência geográfica com reflexões substantivas sobre o seu potencial analítico que tem como fundamento ser totalizante a partir da consideração das tramas de interações entre sujeitos hegemônicos e hegemonzados. Na ótica de Santos e Silveira (2006), é o uso do território que deve ser o objeto de estudo da geografia.

Em síntese, o que se observa, a partir das reflexões realizadas neste trabalho, é um deslocamento evidente do território de um conceito com caráter muito mais vinculado às relações de poder em suas diversas dimensões a partir dos avanços epistemológicos, para uma categoria totalizante que considera todos os agentes coexistindo simultaneamente e toma o espaço geográfico como sinônimo.

Em outra lógica, o território usado se apresenta como uma categoria que oferece uma crítica ao planejamento devido aos seus aspectos que não consideram o movimento total da sociedade, e as singularidades dos lugares a partir dos processos sociais contraditórios, complementares e simultâneos. Nesse ensejo, defende-se que a um só tempo o território usado pode ser visto tanto como uma crítica, assim como fundamento e ponto

de partida para proposições de planejamentos que tenham como conteúdo intervenções que beneficiam o maior número possível da população nacional.

Afinal, conforme esclarecido por Milton Santos, é aí que reside o papel ativo da Geografia enquanto ciência espacial, pois ela não só deve apresentar uma análise consistente sobre a totalidade-mundo em seus processos, mas também deve ser veículo das proposições que transformem o conjunto da sociedade na busca da resolução dos problemas aí presentes.

## Referências

- ARAÚJO, Markelly Fonseca de. As desigualdades socioespaciais e o planejamento territorial potiguar em ação. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, v. 5, p. 23-41, 2017.
- ARAÚJO, Markelly Fonseca de. **Planejamento Territorial do Rio Grande do Norte: As desigualdades socioespaciais em ação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, vol. 2, nº 3, 2012, p. 523-545.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176. jul./dez. 1991.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Huitec; Edusp, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 9, 2000, p. 103-109.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 13- 21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008, p. 24-42.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925], p. 15-73.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos, um revolucionário. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Ano 6, no. 16, 2005, p. 251-254.

VALE, Ana Lia Farias.; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: Diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 7, n.1, p. 11-26, 2005.